

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE LICENCIATURA E BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA SOCIOLOGIA E A PARTICIPAÇÃO  
POLÍTICA DOS PROFESSORES DESTA DISCIPLINA NA CIDADE DE MACAPÁ**

**PAULO FERNANDO SEIXAS BRITO**

**MACAPÁ-AP**

**2018**

**PAULO FERNANDO SEIXAS BRITO**

**PROBLEMÁTICAS EM RELAÇÃO AO ENSINO DA SOCIOLOGIA E A  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES DESTA DISCIPLINA NA  
CIDADE DE MACAPÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para conclusão do curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

**Orientador:** Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo

**MACAPÁ-AP**

**2018**

**PAULO FERNANDO SEIXAS BRITO**

**PROBLEMÁTICAS EM RELAÇÃO AO ENSINO DA SOCIOLOGIA E A  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES DESTA DISCIPLINA NA  
CIDADE DE MACAPÁ**

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Orientador: Msc. Luciano Magnus de Araújo**

---

**Prof. Dr. Manuel de Jesus de Sousa Pinto**

---

**Prof. Raimundo de Lima Brito**

**MACAPÁ-AP**

**2018**

**RESUMO**

**PROBLEMÁTICAS EM RELAÇÃO AO ENSINO DA SOCIOLOGIA E A  
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS PROFESSORES DESTA DISCIPLINA NA  
CIDADE DE MACAPÁ**

**Paulo Fernando Seixas Brito**

**Orientador: Prof. Msc. Luciano Magnus de Araújo**

O presente artigo tem como objetivo analisar o comportamento dos professores de Sociologia dentro do prisma da ação política, com ênfase nas questões que envolvem a representação política, sobretudo o aspecto sindical, sendo este uma via para se obter conquistas para a classe. As análises em questão partem do princípio da formação crítica pela qual estes professores passam na academia, de que forma eles próprios enxergam essa questão, sendo que se constatou, através da pesquisa documental e entrevistas com os docentes da área de Sociologia, a tímida participação destes nos processos políticos que envolvem o ensino desta disciplina.

**Palavras-chave:** Ensino da Sociologia. Ação Política. Formação Crítica.

## INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, quando se iniciou o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, houve vários momentos em que essa ciência compôs a grade curricular do Ensino Médio, sendo que sua implementação definitiva ocorreu no ano de 2008 (CARVALHO, 2016). Porém, os desafios existentes para que haja uma maior valorização desta disciplina são vários.

O objetivo central deste trabalho é analisar o comportamento em relação ao aspecto político dos professores de Sociologia perante as problemáticas que envolvem o ensino desta disciplina no contexto da cidade de Macapá.

O trabalho está dividido em três momentos. O primeiro faz uma abordagem histórica do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, bem como os trâmites que envolveram idas e vindas na grade curricular do Ensino Médio. Nessa primeira parte foi utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica, especificamente de autores que trabalham o contexto histórico da Sociologia no Brasil, com enfoque nos trabalhos escritos pelo sociólogo Lejeune Mirhan, que é uma das maiores referências da área no Brasil.

Em um segundo momento, são colocados os principais problemas que envolvem o ensino da Sociologia a nível nacional, com ênfase no contexto local e a como seu deu a sua inserção no Ensino Médio no Amapá. Devido à carência de bibliografias que façam abordagem em relação ao ensino da Sociologia no contexto local, a metodologia aplicada foi pesquisa de campo, levantamento documental no Conselho Estadual de Educação (CEE), na Secretaria de Estado da Educação (SEED) e no Sindicato dos Sociólogos do Amapá.

Por último é feito um estudo a respeito do comportamento dos professores de Sociologia a respeito das problemáticas que a disciplina enfrenta atualmente. A análise é constituída a partir da coleta de informações na Secretaria de Educação, Sindicatos dos Professores e Sindicatos dos Sociólogos do Amapá, onde foi realizada entrevista com membros da direção de ambas as instituições.

Foram entrevistados ainda quinze professores de Sociologia, de treze escolas estaduais da cidade de Macapá, sendo onze professoras e quatro professores do quadro de servidores efetivos do estado, oriundos dos concursos públicos realizados nos anos de 2005 e 2012.

A importância deste trabalho se dá através do estudo crítico em relação ao ensino da Sociologia no Ensino Médio, que necessita ser eficiente e envolver maior participação por parte dos docentes que lecionam essa disciplina, como uma forma de construir um pensamento crítico, fora das amarras do senso comum e que possa ser transmitido para os jovens estudantes fazendo com que, dessa forma, a sociologia possa cumprir seu papel no ensino médio.

## 1 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

A Sociologia é concebida como uma área de conhecimento a partir das profundas transformações que a sociedade vivenciou durante o século XVIII. Eivadas pelo Iluminismo, passando pela expansão do capitalismo e avançando com a Primeira Revolução Industrial (1760) no campo econômico, com a Revolução Francesa (1789) no campo político, e no campo social pela nova visão de mundo implementada pelo sistema capitalista, serviu como uma força motriz para o surgimento da sociologia como ciência no século XIX.

A partir disso a sociedade, dando sequência às transformações iniciadas no período anterior, torna-se objeto de estudo pela Sociologia, onde se estabelece o fortalecimento de um pensamento racional e científico em torno da realidade social da referida época.

A sociologia estimulou a reflexão da sociedade moderna colocando como objeto de estudo a própria sociedade, tendo como principais articuladores Auguste Comte e Émile Durkheim, na França e Max Weber, na Alemanha. Podemos considerá-la como uma ciência relativamente nova, visto que seu desenvolvimento e institucionalização datam os acontecimentos sociais, econômicos e culturais das sociedades modernas.

Cumprindo o papel a qual se deu seu surgimento, a Sociologia passa a ser uma ciência, sendo uma das mais importantes dentro do campo das ciências humanas. Foi durante o século XIX que ela foi ganhando maiores dimensões, universalizando-se e consolidando-se como a ciência que analisa a sociedade.

Em relação ao Brasil, a Sociologia surgiu tardiamente (MIRHAN, 2015). Somente após o seu surgimento e consolidação na Europa é que ela começou a ganhar espaço em outros países. Segundo Sousa (2012), desde o final do século XIX, existia no Brasil uma forma de pensamento sociológico, mas foi a partir da década de 1930, e continuando pelas décadas seguintes que a Sociologia se estrutura como um sistema significativo, ou seja, adquire um modo de pensar a realidade social no qual se verifica a recorrência de temas, conceitos, explicações e controvérsias configurando um campo de reflexão.

Sob influência da corrente de pensamento francesa, no início do século XX, a sociologia teve seu primeiro momento no Brasil, caracterizado como o “período dos pensadores sociais”. Vale destacar as palavras de Enno Filho (2015, p. 38):

O período dos Pensadores Sociais, também chamado por alguns autores de período pré-científico, corresponde historicamente ao período que se estende das lutas pela Independência das nações latino-americanas até o início do século XX. Durante esse período a elaboração de teoria social tendeu a ser desenvolvida por pensadores e mesmo homens de ação (políticos), sob a influência de ideias filosófico-sociais europeias ou norte-americanas.

Logo em seguida vem o período da “Sociologia de Cátedra”. Filho (2005, p. 39) explica que:

No Brasil, esse período teve início em meados da década de vinte, quando foram criadas as primeiras cátedras de Sociologia em Escolas Normais (1924-25), enquanto disciplina auxiliar da pedagogia, dentro do esforço democratizante do movimento reformista pedagógico que tem sua expressão maior no movimento da Escola Nova.

Esses dois períodos do pensamento sociológico no Brasil tiveram como tendência a proliferação de manuais e coletâneas para o ensino da Sociologia baseado nas ideias de cientistas sociais europeus, em maior número, e norte-americanos, bem como as análises sociológicas acerca dos problemas relacionados à miscigenação, urbanização, analfabetismo e pobreza (MEUCCI, 2000). Vale ressaltar que a Sociologia no Brasil, enquanto disciplina, surge através do Ensino Médio, diferentemente da Europa onde surgiu nas universidades e em outros países da América do Sul através do curso de Direito.

Em seguida vem a etapa contemporânea da Sociologia no Brasil, sendo a fase de emergência da sociologia científica, que busca a consecução de um padrão de institucionalização e prática do ensino e da pesquisa em Sociologia, de acordo com os centros sociológicos dos países centrais (FILHO, 2005).

De acordo com Carvalho (2015, p. 26) a institucionalização acadêmica da Sociologia ocorreu exatamente no dia 27 de maio de 1933 com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. No ano posterior, 1934, surge a segunda escola, sendo a Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, com a criação do curso de bacharelado em Ciências Sociais. Os primeiros Sociólogos foram formados no ano de 1936 pela



Escola Livre de Sociologia e em 1937 pela Universidade de São Paulo – USP (CARVALHO, 2015. p. 26).

Pouco tempo depois, em meados da década de 1940, os currículos dos cursos começaram a ser reconhecidos pelo Ministério da Educação e durante a década de 1950 quase todos os estados brasileiros já possuíam escolas que formavam sociólogos. Assim, a Sociologia foi ganhando espaço e reconhecimento dentro do contexto acadêmico e no âmbito legislativo, onde, na década de 1970, ocorreu um movimento que teve como objetivo a luta pela profissionalização desta ciência através de lei federal.

Nessa época não havia entidades sindicais representativas da profissão, muito menos era reconhecida no país. De acordo com Carvalho (2015, p. 119) a luta desse movimento obteve êxito através da Lei 6.888 de dezembro de 1980 que acabou por reconhecer a profissão de Sociólogo. Conseqüentemente foi regulamentada pelo Decreto 89.531 de 05 de abril de 1984. Essa foi a grande conquista dos sociólogos que se iniciou no ano de 1961, onde houve a apresentação de diversos projetos na Câmara dos Deputados visando o reconhecimento e regulamentação da profissão, porém, não houve êxito naquele momento.

A partir da regulamentação, em 1984, começaram a surgir, à nível estadual, os primeiros sindicatos de sociólogos. Porém, a discussão em torno do reconhecimento e regulamentação da profissão não foi consenso entre os sociólogos da época, pois:

Muitos acadêmicos e pesquisadores recusavam-se terminantemente a aceitar que a ciência Sociologia fosse passível de ser reconhecida pelo Estado e muito menos regulamentada, reservando mercado de trabalho para os profissionais que as escolas formassem. Acabou vencendo a posição pró-reconhecimento e regulamentação, mas não a da criação de Conselhos Profissionais, nem do Federal de Sociólogo ou dos Regionais (CARVALHO, 2015, p. 31).

Foram várias as etapas para se estabelecer o reconhecimento e regulamentação profissional desta categoria. Um fato importante ocorreu no ano de 1952, onde a Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconheceu a profissão de Sociólogo. Mas é somente em 1961 que se inicia as movimentações à nível legislativo para se estabelecer o reconhecimento da profissão e conseqüentemente sua regulamentação.

Carvalho (2015) estabeleceu uma cronologia para ilustrar essa trajetória, onde irei expor alguns dos fatos mais relevantes, a começar pelo ano de 1961, onde foi apresentado na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3.000/61, tendo como autor o Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo, Aniz Badra. No ano de 1966, após longa tramitação no Congresso Nacional, o referido projeto de lei foi aprovado, porém, foi vetado pelo Presidente Castelo Branco, onde este utilizou da seguinte justificativa:

[...] o projeto de lei se preocupa em forçar um mercado de trabalho por meio de privilégios conferidos a certa classe de diplomados, bem como delimita artificialmente as atividades do Sociólogo, tornando-o, na prática, impossível distinguir o que é próprio da pesquisa sociológica e da pesquisa de outras ciências sociais (CARVALHO, 2015, p. 32).

Em 1971, pela segunda vez, foi apresentado na câmara dos deputados um projeto com mesmo teor do projeto anterior, sendo que desta vez teve como autor o Deputado Federal, pelo Estado de São Paulo, Francisco Amaral. Também foi apresentado pelo Deputado Faria Lima, de São Paulo, um projeto semelhante, sendo que ambos foram rejeitados pela Câmara dos Deputados (MIRHAN, 2015).

No ano de 1971 o Senador Vasconcelos Torres apresentou um projeto referente a profissionalização do sociólogo, bem como seu campo de atuação, mais uma vez sem sucesso. Assim como em 1975, onde novamente o Deputado Francisco Amaral efetua a quarta tentativa de buscar o reconhecimento profissional do sociólogo, mas o projeto de lei ficou parado nas Comissões Técnicas da Câmara dos Deputados.

Finalmente, em 1980, uma versão parecida com os projetos anteriores do Deputado Francisco Amaral acabou sendo aprovada na Câmara dos Deputados e consequentemente sancionada, através da Lei nº 8.666, no dia 10 de dezembro, pelo Presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, sendo que em 1984, este mesmo presidente assina, no dia 05 de abril, o Decreto nº 89.531, juntamente com o Ministro do Trabalho, Murilo Macedo, onde fica regulamentada a profissão de sociólogo no Brasil.

## 1.2 SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO

Em relação ao ensino da sociologia no nível médio, o contexto histórico também foi conturbado, sendo que sua inserção no ensino secundário ocorreu pela primeira vez ao final do século XIX, onde a preocupação com a implantação da Sociologia como disciplina obrigatória nos currículos das escolas brasileiras de nível médio é marcada por um processo oscilante de inclusão e exclusão que vem desde 1891, com o historiador Benjamin Constant, que de acordo com Carvalho (2004, p. 18):

Coube ao positivista Benjamin Constant, ministro de Floriano Peixoto em 1891, a primeira iniciativa. Indicado para ministro da Educação apresentou um Plano Nacional para o setor que previa como obrigatória em todas as escolas do Ensino Médio, o ensino de Sociologia.

A partir da reforma de ensino proposta de Benjamin, a Sociologia se introduzia como disciplina obrigatória não só nos cursos superiores, como também nos secundários. Porém, alguns anos após a sua inserção no ensino secundário, em 1901, a Reforma “Epitácio Pessoa” retirou a Sociologia do currículo, sem que ela tivesse ingressado nele, efetivamente (CARVALHO, 2004).

Nesse contexto, ainda de acordo com Lopes (2007), o ensino da sociologia foi marcado por uma série de irregularidades na inclusão e exclusão nas grades curriculares do ensino médio. Essas questões se deram devido ao processo histórico-social do país, bem como pelos ideais de luta daqueles que acreditavam na importância do papel desempenhado pela Sociologia dentro do campo social.

Em Oliveira (2007) podemos observar que a Sociologia só retornou à grade curricular do ensino médio no ano de 1925, com a chamada “Reforma Rocha Vaz”, por iniciativa de Fernando de Azevedo. Já em 1928, a Sociologia passa a ser ministrada nas escolas de formação de professores, na chamada “Escola Normal” dos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco. A partir de então a Sociologia vai, aos poucos, reaparecendo, primeiro no curso ginásial e em seguida nas escolas regulares, (LOPES, 2007).

De acordo com Oliveira (2007), no ano de 1931, a Reforma Francisco Campos trouxe de volta a disciplina aos cursos complementares, bem como nos de preparação para o ingresso nas faculdades e também nos cursos de Direito,

Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura. Já em 1942, é retirada novamente a obrigatoriedade da Sociologia no ensino secundário, permanecendo apenas nas Escolas Normais.

A partir da promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 4024/61, a disciplina poderia ser oferecida, porém, dependia da opção dos Conselhos Estaduais, os quais poderiam definir três disciplinas da grade curricular. Em 1964, a ditadura militar retira de vez a Sociologia do ensino secundário, que só retorna após a retirada da obrigatoriedade de profissionalização, com a Lei 7044/82, como disciplina optativa. Neste contexto, a disciplina de Sociologia ficava em desvantagem, pois concorria com as disciplinas da área técnica (SANTOS, 2004).

A partir daí, aconteceram movimentos pelo retorno da Sociologia, onde:

[...] a partir de então, educadores, políticos, sociólogos e estudantes em vários estados intensificaram as lutas pela Sociologia no ensino médio. Em São Paulo, ainda em 1983, a Associação dos Sociólogos promove a mobilização da categoria em torno do “Dia Estadual de Luta pela volta da Sociologia ao 2º Grau”, ocorrido em 27 de outubro de 1983. Em decorrência desse movimento, a secretaria de educação do estado ofereceu cursos de atualização para docentes da disciplina, e em 1986 realizou concurso público para professores de Sociologia (SANTOS, 2002, p. 9).

Inicia-se, desde então, um processo gradativo de reinserção da Sociologia no Ensino Médio, sendo que, em nível nacional, o início das grandes conquistas se deu a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no ano de 1996, onde foi discutido o processo de implantação da Sociologia e da Filosofia como disciplinas obrigatórias no ensino médio (BRASIL, 2009)

Na referida lei, a disciplina de Sociologia está implicitamente colocada pelo Art. 36, § 1º, Inciso III, comunicando que o aluno do Ensino Médio deverá demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício pleno da cidadania” (BRASIL, 2009). Tal obrigatoriedade foi estabelecida pela Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008, depois de muitos anos de debates, de avanços e retrocessos, e de quase quarenta anos após a última exclusão das disciplinas dos currículos escolares.

Em 2001, ironicamente, o então Presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, vetou o Projeto de Lei 09/2000, que foi aprovado no Congresso Nacional naquele mesmo ano, que estabelecia o retorno de Filosofia e Sociologia no ensino médio, justificando da seguinte forma:

[...] o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará a constituição de ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

Uma nova batalha se estenderia por mais alguns anos e, durante o ano de 2006, o Parecer nº 38 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com base em uma nova interpretação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), consagrou novamente essa obrigatoriedade, não definindo, porém, em quais séries isso deveria ocorrer.

Vale ressaltar que a Sociologia já estava na grade curricular em vários estados, antes mesmo da discussão da LDB de 1996. De acordo com entrevista realizada com o escritor e sociólogo Lejeune Mirhan:

[...] antes da obrigatoriedade, a Sociologia já era uma realidade em 15 estados, porque havia leis estaduais, ou os conselhos de educação adotavam, ou seja, essa foi a orientação que nós demos a partir de 2001: olha a luta volta para os estados, para os conselhos estaduais e leis estaduais [...] (Entrevista realizada no dia 05/01/2018).

Nesse contexto já existiam Sindicatos de Sociólogos em vários estados, o que possibilitou um diálogo maior entre a classe de professores de Sociologia e sociólogos com as Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais, em busca da regulamentação e obrigatoriedade da disciplina na grade curricular do ensino médio.

Retornando ao contexto da Lei 11.684/08, esta alterou o Artigo 36 da LDB do ano de 1996 que previa que se propiciasse ao aluno, apenas nos currículos de ensino médio, o “domínio de conhecimentos de Sociologia e Filosofia” (BRASIL, 2009). A partir de então, a Sociologia, bem como a Filosofia, tornou-se obrigatória em todas as séries do ensino médio.

Vale frisar que a Sociologia já havia retornado a todos os estados antes da aprovação da lei federal, em 2008. Nesse sentido, a aprovação da referida lei, além de regulamentar uma realidade já posta, significou um elemento importante para

fortalecer e garantir a presença da Sociologia no ensino médio no Brasil, já que até então a presença se dava de maneira frágil e diferenciada (AZEVEDO, 2014)

Com os avanços conquistados, principalmente a partir dos anos 2000, podemos considerar que a Sociologia ainda está em processo de efetivação e, em muitos momentos, de disputa (AZEVEDO, 2017).

Até o momento de escrita desse trabalho, os marcos normativos, à nível federal, ainda estão ocorrendo, como exemplo a aprovação da Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017) que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que em seu 2º parágrafo do Artigo 35, afirma que: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia”, está tramitação no Congresso Nacional através da Medida Provisória (MP) nº 746, medida provisória que reforma o ensino médio.

## **2 O ENSINO DA SOCIOLOGIA EM MACAPÁ E SUAS PROBLEMÁTICAS**

Após todo o conturbado processo histórico da institucionalização da Sociologia no ensino médio que, felizmente, culminou com a sua obrigatoriedade através de leis estaduais e, ultimamente, através de lei federal, ainda há muito que se discutir e avançar no que diz respeito ao ensino desta disciplina.

Isso é especialmente importante neste atual momento em que a Sociologia corre o risco de se tornar uma disciplina optativa com base na Medida Provisória (MP) 746/2016 da reforma do ensino médio, pois mesmo que as escolas permaneçam sendo obrigadas a oferecer a disciplina de Sociologia, ficará a cargo do aluno escolher estudá-la ou não, o que significa um retrocesso em relação aos avanços conquistados nas duas últimas décadas.

O retorno desta disciplina ao ensino médio se deu de forma gradativa a partir da década de 1980, quando os Estados de São Paulo, Pará, Acre, Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Maranhão, além do Distrito Federal, implementaram a presença obrigatória da Sociologia, antes mesmo da Lei Federal de 2008 (AZEVEDO, 2017).

Apesar de importantes avanços conquistados no período pós-redemocratização, tanto em nível nacional quanto em nível local, o quadro não é dos melhores para o ensino da Sociologia. Para Santos (2004), o fato desta disciplina ter ficado por um longo período fora da grade curricular do ensino médio trouxe consequências negativas para o ensino, bem para a formação de professores, onde esta ficou e fica até os dias de hoje numa posição desprivilegiada no rol dos componentes curriculares.

A Sociologia se configura como uma disciplina limitada na grade curricular e sua valorização se dá mais através dos dispositivos legais do que por meio da prática do dia a dia. Nas palavras de Silva (2004, p. 83):

É interessante observar que a volta desta disciplina implica em inúmeros problemas, tais como: a falta de tradição, experiência e pesquisa sobre o ensino de Sociologia; a falta de material didático adequado aos jovens e adolescentes; a falta de metodologias alternativas e eficazes no ensino desta disciplina.

A obrigatoriedade da disciplina garantiu apenas a sua presença no ensino médio, não havendo discussões mais aprofundadas no sentido de analisar as especificidades do ensino da Sociologia, como questões didáticas e metodológicas, para que ela cumpra seu papel de acordo com o que consta na legislação.

No contexto amapaense, a regulamentação da Sociologia como disciplina do ensino secundário ocorreu no ano de 2002, a partir da regulamentação do ensino, que foi estabelecido através Resolução nº 083/2002, do Conselho Estadual de Educação, que em seu Artigo 9º, comunica que “na composição curricular do ensino médio devem constar conteúdos que levem o aluno ao domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania”.

A decisão que embasou a resolução supracitada foi dentro da mesma lógica definida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN/1996, onde foi definido que o aluno deve demonstrar “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício pleno da cidadania”. Porém, a resolução do Conselho de Educação do Amapá não definiu a obrigatoriedade da disciplina e nem em relação as séries que deveriam ser ministradas.

Foi somente no de 2008, através da Resolução nº 064/08 do Conselho Estadual de Educação que o ensino da Sociologia se tornou obrigatório. De acordo com o Art. 1º da Resolução:

As instituições de ensino integrantes do sistema estadual de ensino do Amapá, devem incluir, obrigatoriamente, as disciplinas de Filosofia e Sociologia no currículo do Ensino Médio, nos cursos de Educação de Jovens e Adultos, na Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio e nos Exames Supletivos, a partir do ano de 2009.

O Ensino da Sociologia já estava presente na grade curricular do Ensino Médio desde a década de 1990, sendo ofertada apenas no terceiro ano do Nível Médio. A disciplina só passou a ser ofertada nas três séries a partir do ano de 2010.

O primeiro concurso público, onde houve vagas para professor de Sociologia, ocorreu no ano de 2005, sendo ofertadas apenas oito vagas para todo o Estado. No edital do referido concurso, constava como pré-requisito para lecionar Sociologia:

<b>Professor de Sociologia</b>	Ministrar aulas e executar outras tarefas pertinentes ao exercício do magistério.	Curso superior concluído em Licenciatura em Sociologia e/ ou Pedagogia, em instituição de ensino oficial reconhecida pelo Ministério da Educação.
--------------------------------	---	---

**Fonte:** Edital 001/2005 – Secretaria Estadual de Administração

O fato de o edital permitir que pedagogo lecionasse Sociologia, naquele contexto, era “explicável”, visto a carência de profissionais, já que a Sociologia é uma disciplina recente na grade curricular e havia um número reduzido de profissionais licenciados no mercado. Aquela contexto era o reflexo da realidade que existia a nível nacional, ocasionado pela inconsistência da disciplina de Sociologia no Ensino Médio, que se constituiu como um obstáculo no processo de formação de professores, sendo, ainda, um problema atual.



Essa dificuldade em relação à formação de professores foi pautada durante o 1º Encontro Nacional Sobre o Ensino da Sociologia e Filosofia, realizado na cidade de São Paulo em 2007, que teve com uma de suas indicações para estabelecer debates nos Estados:

Defendemos que apenas os licenciados em Ciências Sociais e em Filosofia possam lecionar Sociologia & Filosofia nas escolas de Ensino Médio no país, sendo que tais cursos de licenciatura devam ser de pelo menos seis semestres letivos e devidamente reconhecidos pelo MEC.

As entidades de representação presentes neste evento foram enfáticas em defender que somente licenciados em Sociologia ou Ciências Sociais poderiam lecionar a disciplina, mas, em caso da falta de profissionais licenciados:

Em caráter excepcional, quando da falta de licenciados em ambas as áreas, a disciplina poderá ser ministrada dentro das seguintes condições: 3.1. Por bacharéis em Ciências Sociais e em Filosofia devidamente habilitados por escolas aprovadas pelo MEC; 3.2. Por estudantes de licenciatura em ambas as áreas estando matriculados pelo menos no 5º semestre; 3.3. Licenciados em Ciências Sociais (para Filosofia) e licenciados em Filosofia (para Sociologia) ou ainda Pedagogia e licenciatura em História, cujo histórico escolar comprove que tenham cursado pelo menos 120 (cento e vinte) horas de Sociologia Geral e/ou Sociologia da Educação ou outras modalidades de Sociologia ou ainda Filosofia Geral, Filosofia da Educação ou outras modalidades de Filosofia.

Percebe-se que havia um reconhecimento por parte das entidades de representação da Sociologia das dificuldades em relação à formação de professores, tendo em vista que naquele momento ainda não havia a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio através de lei federal, que só veio a acontecer no ano de 2008.

Na própria resolução do Conselho Estadual de Educação do Amapá de 2008, em seu Art. 5º já havia tal previsão, como podemos ver abaixo:

Art. 5º O ensino de Filosofia e Sociologia será ministrado por Professor Licenciado Pleno em Filosofia, Sociologia e Ciências Sociais, respectivamente, admitindo-se em caráter emergencial, por tempo determinado, os seguintes profissionais:

II – Para o exercício da docência em Sociologia, até 2012, será admitida a formação em Bacharelado em Sociologia ou Ciências Sociais com Licenciatura em outras disciplinas; Licenciatura com Pós-Graduação em Sociologia ou Ciências Sociais; Licenciatura em Filosofia; Bacharelado em Filosofia, com Licenciatura Plena em outra disciplina; Licenciatura em

História; Licenciatura em Pedagogia, desde que o docente comprove no seu histórico escolar, no mínimo, cento e vinte horas cursadas da disciplina de Sociologia.

Assim como no Amapá, havia respaldo em vários estados, através da legislação, para que professores formados em outras áreas pudessem lecionar Sociologia. Isso se deu para que não houvesse a carência de “professores de Sociologia” na sala de aula.

A instabilidade da Sociologia no Nível Médio foi um fator que impossibilitou a formação de profissionais licenciados, principalmente nas faculdades privadas, onde só ofertavam a licenciatura em Sociologia ou Ciências Sociais em Estados onde a disciplina era obrigatória na grade curricular do Ensino Médio.

É importante salientar que esse problema não diz respeito somente à disciplina de Sociologia, já que outras disciplinas, de acordo com o senso escolar do ano de 2015 (INEP, 2015) mostrou que disciplinas como Artes, Filosofia, Física, História são lecionadas, em número elevado, por professores sem formação específica na área, porém, a disciplina de Sociologia é a que tem maior incidência de professores não graduados na área, que segundo dados do Segundo dados do INEP (2015, p. 93), em 2013, 88,2% dos professores lecionando aulas de Sociologia não tinham a formação acadêmica correspondente à disciplina.

Retornando ao contexto amapaense, no ano de 2012, já após a obrigatoriedade do Ensino da Sociologia nas três séries do Ensino Médio, foi realizado outro concurso público para a contratação de professores para as escolas estaduais, sendo ofertadas 37 vagas para professores de Sociologia, sendo que até o ano de 2015 a Secretaria de Educação já havia convocado mais de 80 professores desta disciplina. Dessa forma, fica evidente um importante avanço, já que a grande parte desses novos professores veio suprir carência na área da Sociologia e, também, houve uma considerável diminuição de contratos administrativos, principalmente na Cidade de Macapá.

Outro fato importante em relação a este último concurso foi em relação ao requisito para lecionar Sociologia pois, de acordo com o Edital 007/2012 da Secretaria Estadual de Educação (SEED), para ocupar uma das vagas o candidato

deveria possuir “Licenciatura Plena em Sociologia ou Ciências Sociais fornecidos por instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação”.

A Licenciatura em Sociologia e Ciências Sociais como requisito para lecionar Sociologia foi uma das pautas de reivindicação do Sindicato dos Sociólogos do Amapá (SINDSEAP), que exerceu pressão para que houvesse o cumprimento da Resolução 064/08 do CEE, referente à obrigatoriedade do Ensino da Sociologia, que em seu Art. 6º, parágrafo único afirma que: “As mantedoras terão prazo máximo de até 3 (três) anos para que as disciplinas sejam ministradas exclusivamente por professores habilitados, na exigência do caput do Artigo 5º deste resolução”.

Com o intuito de garantir as vagas para os licenciados em Ciências Sociais e Sociologia, o Sindicato dos Sociólogos (SINDSEAP), entrou com ação via Ministério Público Estadual (MPE) para garantir o aumento no número de vagas para professor de Sociologia, onde podemos observar no trecho da entrevista realizada com o Secretário de Articulação Política do Sindicato, Dirley Furtado:

Referente ao concurso de 2012 nós fizemos o Ministério Público obrigar a Secretaria a passar informação antes de lançar o edital, essa foi a grande sacada da influência do Sindicato pro de 2012; primeiro, o mapa que a secretaria mandou para o Ministério Público não contemplava Sociologia para Macapá, não tinha carência em Macapá, e em alguns municípios; umas duas vagas no geral, eram quatro vagas para os municípios do interior e aí nós estávamos com o nosso levantamento. Pelo nosso levantamento, existiam os caras de contrato administrativos... convencemos o Ministério Público e o Conselho de Educação [...] O Ministério Público intimou a Secretaria de Educação a incluir sociologia especialmente em Macapá no concurso e eles tiveram que colocar 10 vagas. Eles colocaram 10 vagas para Macapá, no geral 37 vagas [...].

O contexto do último concurso público para contratação de professores de Sociologia era diferente do contexto onde foi realizado o primeiro concurso, em 2005. Na década passada havia poucos professores com Licenciatura em Sociologia e Ciências Sociais no Estado do Amapá, o que se tornou um agravante para o ensino da disciplina.

Vale ressaltar que o primeiro curso de Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) foi implantado na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) no ano de 1999 e a primeira turma formou no ano de 2003. Já no âmbito privado, houve a oferta do curso de Ciências Sociais (licenciatura e bacharelado) pela Faculdade de Macapá (FAMA) entre os anos de 2003 a 2008, sendo as únicas instituições a oferecer este curso no Amapá, no referido período.

Então, foi somente na metade da década passada que começaram a formar os primeiros professores com Licenciatura em Ciências Sociais no Estado do Amapá, sendo que no ano de 2012 já havia um número razoável de profissionais da área e não havia mais justificativa para permitir que professores não habilitados na área da Sociologia lecionassem a disciplina, o que foi consolidado através do último concurso público, em 2012.

De acordo com a Secretaria Estadual de Educação, não há atualmente, carência de professores de Sociologia no Município de Macapá. Porém, nas entrevistas realizadas com os professores de Sociologia que lecionam na Cidade de Macapá, foi colocada essa questão, onde a maioria dos professores disse ter conhecimento de situações em que professores sem habilitação estão lecionando aulas de Sociologia. Nas palavras da Professora R.L, quando perguntada sobre essa questão:

[...] aqui na própria escola onde eu trabalho, quando eu cheguei, a professora que dava aula de Sociologia... ela é pedagoga, ela dava aula de Sociologia e quando eu cheguei eles disseram: "olha, a professora tal dá aula de Sociologia, mas ela tá de licença. Você vai assumir as turmas dela; ela dá aula de Sociologia e Filosofia"... para completar a carga horária. É porque na época a gente tinha poucas turmas de Ensino Médio, porque, para completar a minha carga horária tinha que ficar com as duas disciplinas (Entrevista realizada no dia 17/12/2017).

É comum, entre os professores de Sociologia, principalmente os que estão há mais tempo lecionando, o conhecimento de casos que envolvem professores sem habilitação na área lecionando esta disciplina. Na fala de outra professora:

Olha, assim, eu fiz o concurso em 2012 né, então antes desse concurso eu já tinha ouvido alguns comentários dizendo que antes eram os pedagogos que davam aula no lugar dos profissionais de sociologia, de ciências sociais, dos sociólogos [...] ao menos aqui na escola onde eu trabalho os professores de sociologia são formados em Ciências Sociais mas a gente, eu já tinha ouvido comentários, em outro momento, em outras escolas tinham pessoas que lecionavam sociologia, eram pedagogos [...] (Entrevistada: CRISTIANE. Realizada no dia 19/12/2017).

Percebe-se, de acordo com as entrevistas, que esse problema ainda não foi totalmente superado. Apesar de não haver carência de professores de Sociologia, ainda há muitos professores que não tem Licenciatura em Sociologia ou Ciências Sociais que permanecem lecionando, já que no período que estes tornaram-se servidores efetivos, a legislação permitia tal situação, como já foi dito neste trabalho.

## 2.1 A CARGA HORÁRIA COMO PRINCIPAL DIFICULDADE

A principal dificuldade, sendo a que gera profunda insatisfação nos professores de Sociologia, é em relação à carga horária da disciplina, que hoje é de apenas 1 aula semanal nas escolas de ensino médio amapaenses. Essa é uma realidade nacional, onde a grande maioria dos estados instituíram essa carga horária.

Alguns estados vêm avançando nessa questão, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro, que está em processo de estabelecer o aumento da carga horária da disciplina para 2 aulas semanais, totalizando 240h no currículo. A decisão está prevista através da resolução N° 5440/2016 da Secretaria Estadual de Educação (SEEDUC). No Estado de São Paulo houve o aumento de 1 para 2 aulas semanais, através da Resolução N° 81/2011, publicada pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP).

Durante as entrevistas um dos questionamentos feitos aos professores foi em relação a experiência destes como educadores e como eles enxergam a realidade do ensino da Sociologia. Todos os professores entrevistados mencionaram a carga horária como o problema principal em relação ao ensino da disciplina. Conseguir repassar para os alunos todo o conteúdo programado para o ano letivo torna-se um grande desafio para os professores. Segundo um dos entrevistados:

Na escola em que trabalho, a carga horária é de apenas uma aula semanal de 50 minutos no turno da manhã e tarde, e de 45 minutos no turno da noite. Esse tempo diminui para 40 minutos em dias sem merenda. A carga horária é um grande desafio didático-pedagógico, pois dificulta o uso de ferramentas como Datashow, TV, DVD. Com esse tempo é impossível fazer seminários, debater temas relevantes, fazer provas discursivas. Dessa forma, o prejuízo para os alunos é imensurável, além do que ajuda muito no aumento da rejeição da disciplina por parte dos alunos (Entrevistado: NICÁCIO).

Como dito no trecho acima, a utilização de ferramentas como filmes e documentários, que colaboram bastantes para desenvolver análises sociológicas, torna-se praticamente impossível visto que o professor tem apenas 50 minutos de aula, sendo que parte desse horário é gasto com a organização da sala, e um filme tem em média 60 minutos de duração. O professor acaba ficando refém do método tradicional de ensino e impossibilitado de promover algum tipo de metodologia que

venha a utilizar ferramentas audiovisuais, o que tornaria a aula mais dinamizada e atraente.

Na experiência que tive, durante o Estágio Supervisionado, percebi que os conteúdos das aulas soam de forma superficial, onde não há aprofundamento e muito menos debates eficientes sobre determinado conteúdo, visto que o tempo de aula só permitia explicar os principais pontos de determinado texto. Nas palavras da professora Rayssa:

A carga horária em sala não é suficiente e além de não ser, no ensino regular, que são 50 minutos, e é pouco, no EJA é menos ainda, 45 minutos semanais, uma vez na semana que você entra numa sala; você começa um assunto e quando esse assunto tá pegando o gancho a turma tá pegando o fogo, o interesse nesse assunto acaba horário então já fica uma coisa muito parcelada, muito pausada, é difícil a gente dar continuidade e precisão no assunto justamente pela necessidade de você estender, terminar este conteúdo do bimestre em uma aula por semana e uma aula por semana fica algo muito mais compassado, dividido, parcelado e fragmentado o conteúdo (Entrevistada 3. Realizada no dia 18/12/2017).

Essa situação torna-se complicada tanto para o professor, que leciona uma aula às pressas para poder repassar o conteúdo, quanto para o aluno, que tem dificuldade de internalizar o conteúdo que é transmitido de forma resumida. Nas palavras de outra professora:

[...] ter esse mínimo de aulas na semana, que é uma aula por turma por semana, ou seja, quando eu chego, por exemplo, na quarta-feira, que eu tenho um assunto né aí o tempo acaba não dá para realizar toda atividade, aí quando chega na outra semana já passei uma semana fora da Escola praticamente, daquela turma, daquele contato. Então já tá muita coisa, muita coisa já foi esquecida né, tem que recapitular tudo, até porque duas aulas da mesma coisa senão a coisa não fica algo consistente, a gente não consegue formar os argumentos de fato (Entrevistada: BENEDITA. Realizada no dia: 06/12/2017).

Podemos observar no trecho acima que o fato da disciplina ter apenas 1 aula semanal acaba por não possibilitar a criação de uma afinidade do aluno com a disciplina e os professores acabam por utilizar mais de uma aula para explicar um conteúdo que estava previsto para apenas uma aula, ocasionando um acúmulo de conteúdo. Podemos compreender melhor na fala da professora Kassia:

[...] já houve situação onde eu tive que utilizar 3 aulas pra repassar um conteúdo apenas, era um conteúdo que eu julgava ser importante para o aluno, principalmente os alunos que iriam fazer o ENEM, e esse conteúdo eu tinha previsto pra uma aula apenas e depois eu tive que deixar de

trabalhar alguns conteúdos porque eu não tinha mais aulas para ministrar eles e isso é algo que sempre acontece (Entrevistada: KASSIA. Realizada no dia 04/12/2017).

Outro problema que afeta os professores de Sociologia devido à baixa carga horária da disciplina é o elevado número de turmas que os docentes assumem para conseguir atingir a carga horária. De acordo com um dos entrevistados:

[...] só pra ti ter uma ideia, hoje eu tô com mais de 20 turmas e cada turma dessas tem uma média de 30 alunos que no geral são mais de 700 alunos. Imagine ter mais de 20 cadernetas, corrigir tudo isso de avaliação? É uma situação muito complicada [...] se houvesse uma carga horária maior da disciplina com certeza nós teríamos um número menor de turmas e daria pra trabalhar melhor [...] (Entrevistado não identificado. Entrevista realizada no dia 05/12/2017).

Percebe-se que esse é um elemento bastante dificultoso para os professores, que ficam extremamente sobrecarregados com o quantitativo de turmas que são obrigados a assumir para poder atingir a carga horária definida pela Secretaria de Educação. Quanto mais turmas o professor tem, mais aulas ele terá que ministrar, geralmente trabalhando dois turnos, onde essa sobrecarga acaba por influenciar negativamente o desempenho dos professores e em muitos casos acabam por gerar problemas de saúde. De acordo com uma das professoras:

[...] venho pela manhã, pego quatro turmas depois retorno à noite pra dar aula pra mais quatro turmas e [...] na maioria dos dias são assim (...) gosto muito de ser professora, gosto muito da Sociologia, mas não dá pra esconder a insatisfação por essa situação (Entrevistado não identificado. Entrevista realizada no dia: 04/01/2018)

A reduzida carga horária da disciplina é um dos principais elementos que vem a reforçar o desprestígio que a disciplina enfrenta. Até o ano de 2016 a tendência que vinha se estabelecendo era de aumento da carga horária da disciplina nos estados. Porém, como a medida provisória instituída pelo governo Michel Temer, essas discussões foram estancadas, já que tal medida criou um clima de insegurança e até, indefinido, sobre o como a Sociologia se estabelecerá no Ensino Médio.

### **3 SOBRE O ASPECTO DA AÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Entramos agora no problema central deste trabalho, que é fazer a análise do comportamento dos professores de Sociologia da Cidade de Macapá, em relação à ação política, frente aos problemas que envolvem o Ensino da Sociologia. Esta análise se estabelece considerando a militância e a participação política como sendo uma ferramenta importante para promover mudanças no âmbito social, dentro da percepção de cidadania.

Antes mesmo de analisar a forma como os professores enxergam essa questão, bem como os resultados da pesquisa, é louvável que partamos do princípio de que os professores de Sociologia têm uma formação acadêmica privilegiada no sentido de ter uma visão macro e crítica da sociedade e, principalmente, da sua dinâmica política. É bem verdade que ter uma formação acadêmica crítica não quer dizer que o indivíduo, automaticamente, passa a exercer um posicionamento crítico, bem como ser um indivíduo engajado politicamente, porém este indivíduo terá possibilidades de exercer de forma plena a sua cidadania.

De acordo com Mota (2005), podemos considerar que a Sociologia é associada à formação de um pensamento crítico, construindo um posicionamento frente à realidade social, tendo como horizonte a transformação social e a mudança de uma ordem instituída. As ideias de crítica, cidadania e consciência parecem supor, conjuntamente, mudança. Desse modo, a Sociologia é imediatamente vinculada à transformação social e pessoal.

A grande questão é que a formação acadêmica na área de Sociologia ou Ciências Sociais permite ao indivíduo compreender o funcionamento do “organismo social” que o possibilita a exercer uma leitura da realidade na qual ele está inserido.

É a partir desse pressuposto que podemos estabelecer uma relação com o contexto no qual está inserido o professor de Sociologia do ensino médio. O intuito é obter uma compreensão para saber se a consciência crítica o estimula a exercer uma “Ação Política” em prol de melhorias para o ensino da Sociologia, já que esta disciplina tem um elevado grau de importância para a formação do “sujeito crítico”, sendo este almejado na grande parte da legislação educacional.

Por ação política podemos compreender, de acordo com Huntington e Nelson (1976, p. 17), “ação realizada por cidadãos privados com o objetivo de influenciar a tomada de decisão do governo”. Por outro lado, devemos considerar, também, que a



ação política não está direcionada somente ao governo, podendo ser também “destinada a alocação de valores para uma sociedade” (VERBA & NIE, 1972, p. 2).

Desse modo, podemos considerar que os resultados da ação política visam mudanças no âmbito institucional, bem como interferir em determinado pensamento ou comportamento social.

Trazendo a análise para a concepção dos professores, foi feita a seguinte indagação durante as entrevistas: você considera que sua formação acadêmica lhe estimula a lutar em prol de uma sociedade com pensamento mais crítico? Todos os professores entrevistados responderam positivamente nesse aspecto, como podemos observar em várias falas:

[...] a nossa formação ela justamente vem para tirar o véu né da frente da nossa realidade que é apresentada a nós e aí quando a gente passa a estudar Ciências Sociais a gente, pensar Sociologia, a gente acaba entendendo né os meandros da sociedade isso daí é de fundamental importância para um, para um indivíduo né (Entrevistado 5. Entrevista realizada no dia 18/12/2017).

[...] a minha formação acadêmica ela me abriu um leque muito grande para minha vida para a realidade onde a gente vive, para novas descobertas, novos pensamentos, para gente não se guardar naquela caixinha de conhecimento pronta e acabada no que a gente está sempre se reinventando e procurando mais (Entrevistado 3. Entrevista realizada no dia).

A formação em Ciências Sociais nos dá a possibilidade de enxergar o mundo de outra forma, com outro olhar. Não apenas de uma forma mais crítica, também de forma mais sensível aos problemas estruturais (Entrevistado 1. Entrevista realizada no dia 11/12/2017).

[...] o Professor de Sociologia tem o papel de oferecer aos alunos ferramentas e conceitos que os possibilite interagir de forma crítica o seu meio social. (Entrevistada 2. Entrevista realizada no dia 12/12/2017).

É notório que há o entendimento, por parte dos professores entrevistados, que uma das consequências de sua formação acadêmica é o fato de afincar seus pensamentos num campo mais crítico, que na esteira do pensamento de Whigt Mills (1982), a Sociologia cumpre a proposição de uma ampliação da visão de mundo, capaz de romper com a percepção naturalizada, cristalizada da realidade, possibilitando aos sujeitos a compreensão das relações que se processam em sociedade não como um fato dado, mas como uma construção sócio-histórica.

### **3.1 SOBRE O ASPECTO SINDICAL**

Vamos agora tentar compreender o comportamento dos professores perante as problemáticas do ensino da Sociologia, no contexto macapaense. Percebe-se que, apesar da compreensão de haver a formação voltada para o pensamento crítico, de acordo com o conteúdo das entrevistas, não fica explicitado, por parte dos docentes, a tomada de ação política na prática, que vise mudar a realidade e superar o desprestígio ao qual enfrenta a disciplina.

Para uma melhor compreensão desse aspecto, um dos pontos analisados durante a pesquisa foi a participação sindical dos docentes entrevistados. Atualmente, além da representação dos Sindicatos dos Servidores Públicos em Educação do Amapá – SINSEPEAP, sendo uma representação mais genérica, representando os interesses dos professores de maneira geral, conta com um número razoável de professores de Sociologia filiados. Um ponto que chama a atenção é o número de professores filiados no Sindicato dos Sociólogos do Amapá, como podemos ver na tabela abaixo:

Número de Professores Entrevistados	Filiados no Sindicato dos Professores	Filiados no Sindicato dos Sociólogos	Não são filiados em nenhum sindicato
15	08	02	05

**Fonte:** Tabela criada a partir dos dados da entrevista

Nesse ponto, percebe-se que há um certo distanciamento, por uma parte dos professores de Sociologia, em relação à representação sindical. Partindo do princípio de que os sindicatos de servidores públicos são ferramentas de representação legal que surgem para defender interesses de determinada classe junto ao estado, no caso dos servidores públicos, é incompreensível a adesão de apenas uma parte desses profissionais.

Em relação ao Sindicato dos Professores (SINSEPEAP), a grande parte dos docentes que não são filiados à organização sindical, justificaram a não adesão pelo fato de não haver eficiência na gestão do referido sindicato e, em alguns casos, por

haver interferência de grupos político-partidários nessa entidade, e há outros que mesmo filiados não vem participando das ações sindicais. Isso fica explicitado nas falas de alguns professores:

[...] confesso que sou um pouco ausente, principalmente devido o sindicato ter perdido a identidade de luta e ter partido para o cunho da política partidária, isso me desmotivou, mas vou voltar porque a mudança só ocorre com nossa permanência no movimento (Entrevistado 6. Entrevista realizada no dia 05/01/2018).

[...] sou filiada no Sindicato dos Professores, mas para não entrar no mérito político-partidário, o que me deixou desmotivada acerca das ações do sindicato. Participo somente das assembleias e paralisações (Entrevistada 7. Entrevista realizada no dia 08/01/2017).

[...] o sindicato deixou muito a desejar nesses últimos anos e eu percebi que muitos professores saíram do sindicato porque não concordavam com o que estava acontecendo...na verdade com o que está acontecendo ainda (...) sou filiada mais não venho participando (Entrevistado 8. Entrevista realizada no 14/01/2018).

As interferências de grupos partidários na atividade sindical não foram bem digeridas pela classe dos professores, de modo geral, visto que conflitos entre governo e sindicato ocorridos em anos anteriores, onde gerou sucessivas greves, gerou insatisfação por uma parte dos professores, onde muitos se desfilaram do sindicato ou se afastaram das ações sindicais.

Dentro de uma análise geral, o que se pode perceber durante as entrevistas, de forma implícita, é uma certa descrença no processo político de representação. Os professores enxergam ambos os sindicatos como entidades desgastadas e sem poder de mobilização. As sucessivas greves, que em muitos casos não tiveram retorno em relação às reivindicações da categoria, acabou por enfraquecer as mobilizações do sindicato.

### **3.2 SOBRE O SINDICATO DOS SOCIÓLOGOS**

O Sindicato dos Sociólogos do Amapá foi criado no dia 31 de outubro do ano de 2009. Grande parte das pautas em que o Sindicato vem atuando é em relação aos professores de Sociologia.

Os esclarecimentos em relação à atuação do sindicato foram colocados pelo Diretor de Articulação Política Dirley Furtado. De acordo com ele o Sindicato tem 127 sindicalizados, sendo que 90% desse total é formado por professores de Sociologia,

que são divididos entre professores efetivos no estado, professores de escolas particulares e professores que estão fora do mercado de trabalho. Do total de sindicalizados, somente 28 cumprem com a contribuição sindical, criando dificuldades para o funcionamento da entidade.

Observa-se um fato inusitado. Por um lado o SINDSEAP, segundo Dirley, absorve pautas exclusiva aos professores de Sociologia, como exemplo, o aumento do número de vagas para professores desta disciplina no concurso público da educação de 2012, onde o sindicato entrou com ação via Ministério Público Estadual (MPE) para obter o aumento; a intervenção do Sindicato juntos à Secretaria de Educação e Conselho Estadual de Educação no sentido de consolidar o aumento da carga horária da disciplina para duas aulas semanais; e o cumprimento da legislação para que só licenciados em Sociologia e Ciências Sociais ministrem aulas de Sociologia. Por outro lado, observamos a pouca adesão dos professores de Sociologia na construção das ações do sindicato, que podemos considerar como uma insuficiência de consciência de classe.

No que diz respeito à ação específica do SINDSEAP em relação ao aumento da carga horária, sendo esta a principal reivindicação dos professores da disciplina, foi perguntando aos professores, durante as entrevistas, se estes têm conhecimento dessa ação do Sindicato. Onze professores informaram que souberam dessa ação por meio de outros professores de Sociologia, mas destes, somente 03 admitiram ter exercido algum tipo ação política para que a medida se consolide, como podemos visualizar abaixo:

Quantitativos de entrevistados	nº de professores que disseram saber da ação do sindicato para o aumento da carga horário	nº de professores que não sabiam desta ação do sindicato	nº de professores que exerceram algum tipo de ação política em prol da iniciativa do sindicato
15	11	04	03

**Fonte:** Tabela construída a partir dos dados da entrevista

Mesmo sendo uma pauta extremamente importante para os docentes de Sociologia, observa-se que até então não há uma participação maciça dos professores em torno da ação política junto ao estado para que haja o aumento da carga horária da disciplina.

Até o momento da finalização deste trabalho, o Sindicato ainda continua atuando junto à Secretaria de Educação para que possa haver o aumento da carga horária, sendo que esta seria concretizada com a nova matriz da educação básica estadual, discutida pela Secretaria e Conselho de Educação. Mas devido a MP do ensino médio, houve o cancelamento dessa implementação por parte da Secretaria de Educação, já que a referida discussão sobre a reforma do ensino médio ainda não findou e o cenário é de incertezas. Vejamos o trecho da entrevista abaixo:

Nessa proposta da nova Matriz tá bem claro duas horas aulas; essa foi a proposta da Secretaria de Educação encaminhada para o Conselho, e nós fizemos esse acompanhamento assim passo a passo; então quando a Secretaria encaminha para o Conselho ela tá dizendo “eu já estou pronta para implementar só quero que tu me dê o aval” que é o que o Conselho faz, a análise técnica para a implantação e eu particularmente acompanhei todo esse processo dentro do Conselho [...] Só que aconteceu que o Temer colocou uma Medida Provisória de mudança do Ensino Médio e veio justamente de encontro à implementação da nova Matriz; tanto o Conselho (nem tanto o Conselho) mas a Secretaria de Educação resolveu recuar e aguardar a implementação do novo ensino médio para poder então implantar a nova matriz (Entrevistado: DIRLEY. Realizada no dia: 13/12/2017).

Nota-se que o Sindicato dos Sociólogos vem construindo pautas que podem vir a beneficiar o ensino da Sociologia, mas este não consegue estabelecer a mobilização da classe o que, de certa forma, prejudica a ação política pelo fato de não haver a unidade e, conseqüentemente, observa-se a falta do que podemos chamar popularmente de “pressão política”, vinda da classe dos professores de Sociologia.

Por um lado, fica clara a ausência da grande parte dos professores de Sociologia em relação às pautas do Sindicato. Nesse sentido, um das justificativas pode ser o fato do Sindicato desenvolver uma comunicação e mobilização tímida com estes professores, tanto que uma parte significativa dos docentes disseram não saber das ações do sindicato e que não são procurados por este órgão nas escolas em que trabalham.

Na rede social Facebook existe um perfil do SINDSEAP, porém, este espaço virtual não vem sendo utilizado de forma consistente, sendo feitas apenas postagens periódicas. Além do mais, a sede do sindicato permanece fechada quase todos os dias. Tive a oportunidade de ir por quatro vezes à sede do sindicato, em dias úteis, porém sempre a encontrei fechada. No ano de 2017 percebi apenas 2 eventos do sindicato, sendo estes eventos reuniões convocadas no sentido de discutir o aumento da carga horária da disciplina e sobre a MP 747/2016 que reforma o ensino médio.

Já em relação à percepção dos professores sobre o distanciamento destes com as entidades sindicais através das entrevistas, observa-se que há um distanciamento da grande maioria dos professores de sociologia, além disso, percebe-se que há uma autocrítica, além da crítica às entidades. Para obter uma dimensão maior da análise, foi perguntado sobre como eles observam o comportamento dos seus colegas professores de Sociologia a respeito dos problemas que envolvem o ensino da disciplina:

[...] eu não vejo muita atuação dos professores de Sociologia, eu vou ser bem crítica agora, os professores de Sociologia, pelo menos do lugar onde eu estou lecionando, eles largaram de mão qualquer tipo de atuação, tanto dentro de sala de aula quanto fora; eu não vejo eles se envolvendo em nenhuma questão e eles só querem trabalhar com os terceiros anos né, não querem influenciar de certa maneira os alunos do primeiro ano, do segundo, para construir o entendimento, uma base; esses alunos então, eu vejo de uma maneira muito trágica o comportamento dos meus colegas, porque eles estão acomodados, eles ficam muito no conforto... (Entrevistado 5. Entrevista realizada no dia 20/12/2017)

[...] Eu penso que nós todos estamos muito distantes, a gente quase não se conhece, a gente é pouco articulado (Entrevistado 2. Entrevista realizada no dia 08/12/2017).

[...] alguns colegas já não têm tanta certeza de soluções para estes problemas (Entrevistado 2. Entrevista realizada no dia 12/12/2017)

Os profissionais de Licenciatura em Sociologia estão muito dispersos. Alguns em desvio de função, lecionando outras disciplinas, como Filosofia. (Entrevistado 1. Entrevista realizada no dia 11/12/2017)

Percebo que variadas questões levam o professor a cumprir sua carga horária e se afastar das lutas sindicais, por exemplo, falando da minha experiência: quando me filiei ao sindicato dos professores vislumbrava melhorias para o coletivo. No entanto, houve decepções quanto a isso e restringi minha participação às assembleias e votações (Entrevistado 7. Entrevista realizada no dia 08/01/2018)

Não vejo muita atuação, pelo menos dos professores de Sociologia que eu conheço e... muitos nem são filiados ao sindicato e outros que são nem vão nas assembleias, ficam só perguntando pra outros colegas o resultado

(risos) (Entrevistado não identificado. Entrevista realizada no dia: 08/12/2017).

Existe a autocrítica por parte dos professores entrevistados, assim como existe a crítica a uma parte dos seus colegas professores de Sociologia que não buscam se engajar em prol de um ensino mais eficiente e com condições de trabalho melhores para lecionar a disciplina, bem como questões mais genéricas em relação às melhorias na educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência da grande parte dos docentes de Sociologia nas discussões e movimentos que buscam melhorias para o ensino da disciplina soa como uma contradição. Como já explicitado durante este trabalho, é impensável ver professores de Sociologia fora dos movimentos sindicais e políticos de modo geral, já que esses espaços são ferramentas que possibilitam mudanças e não é exagero afirmar que os professores de Sociologia devem ser os principais protagonistas nos processos políticos que envolvem, sobretudo, a educação, justamente pela capacidade crítica que estes possuem.

Em Souza (2014) observamos que a capacidade crítica dos professores de Sociologia é fundamental para preparar os jovens estudantes para uma melhor e aprofundada compreensão, através do conhecimento sociológico, da realidade em que estão inseridos e que nenhuma outra disciplina poderá fornecer.

Baumam e May (2010, p. 26) nos mostram que “a arte de pensar sociologicamente consiste em ampliar o alcance e a efetividade prática da liberdade. Quanto mais se aprende, mais o indivíduo será flexível diante da opressão e do controle e, portanto, menos sujeitos a manipulação”. Nesse sentido, a educação, sobretudo dentro do aspecto crítico, é o alicerce para a conquista de mudanças na ordem social, onde o ensino da Sociologia, de forma eficiente, torna-se indispensável.

Podemos concluir que a ação política dos professores de Sociologia independe dos sindicatos, porém, este ainda se constitui como uma ferramenta legítima, conquistada historicamente à base de lutas e conflitos. Porém, é notório o enfraquecimento desta representação política, que segundo Baquero (2004) se dá pelo fato do surgimento das relações sociais terciárias, sendo estas, a relação direta entre Estado e indivíduo em detrimento dos partidos políticos e sindicatos. Relações sociais dessa natureza têm-se fortalecido nos últimos governos neoliberais, cuja estratégia, no campo político, orienta-se para fragilizar o sistema de representação política. Um dos exemplos disso seria o enfraquecimento da estrutura sindical.

Por outro lado, a realidade pela qual passa a educação, tanto à nível nacional, quanto ao contexto local, é um fator desestimulante, já que além das dificuldades que os professores de Sociologia enfrentam para conseguir transmitir o



conhecimento sociológico aos estudantes, ainda há o fato de terem seus salários parcelados, de estarem há mais de três anos sem aumento salarial, de não ter plano de saúde e ainda conviverem com a violência urbana, que em muitos casos se materializa nas escolas.

No entanto, um dos papéis a ser exercido por esses professores é, justamente, estabelecer um olhar crítico e profundo sobre os problemas que envolvem, nesse caso, a representação política e os problemas estruturantes e exercer sua consciência crítica no sentido de buscar meios para superar essa problemática.

A contradição observada nessa pesquisa, mesmo sendo uma análise preliminar, nos mostra um cenário problemático, já que o avanço do pensamento conservador à nível de Brasil, sobretudo dentro do Congresso Nacional, tende a piorar a realidade da educação pública, principalmente o ensino da Sociologia, que, em tese, vem a divergir desse cenário.

A Medida Provisória que reformula o ensino médio já é um prenúncio do que pode estar por vir e será imprescindível a atuação política por parte dos professores de Sociologia, tanto no sentido de combater esse cenário dentro da sala de aula, quanto fora dela, nos espaços de representação política.

## REFERÊNCIAS

SOUZA, Maria das Dores; VIEIRA, Maria Alvenir Barros. PERCURSOS DA SOCIOLOGIA NOS CURRÍCULOS DO ENSINO MÉDIO NO BRASIL: o que dizem professores e alunos. Rev. Espaço do Currículo (online), Rev. Espaço do Currículo, João Pessoa, v.10, n.3, p. 484-493, set./dez. 2017.

SANTOS, Mário Bispo dos, (2002). A Sociologia no contexto das reformas educacionais: um século de idas e vindas da Sociologia no ensino médio (mimeo.).